

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
<b>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</b>	<p>O Município de Belém possui extensa rede de pontes, trapiches e passarelas de madeira utilizadas diariamente para o tráfego de veículos e pedestres, especialmente em áreas periféricas, regiões ribeirinhas e distritos insulares, como Mosqueiro, Icoaraci, Outeiro e demais ilhas. Essas estruturas são essenciais para garantir a mobilidade local, o acesso da população a serviços públicos, equipamentos urbanos, atividades econômicas e deslocamentos cotidianos.</p> <p>Em razão das características ambientais da região amazônica — marcada por elevada umidade, intensa pluviosidade, variações de maré e exposição constante a agentes biológicos — as estruturas de madeira sofrem processo acelerado de desgaste e deterioração, agravado pelo uso contínuo e pelas cargas decorrentes do tráfego de veículos e pedestres. Esse cenário demanda intervenções periódicas para manutenção, recuperação e conservação das estruturas existentes, de modo a preservar suas condições estruturais e garantir a segurança dos usuários.</p> <p>As intervenções necessárias envolvem atividades técnicas especializadas de engenharia, tais como substituição de elementos estruturais deteriorados, recomposição de tabuleiros, execução ou reforço de estacas e esteios, instalação de longarinas e transversinas, recuperação de guarda-corpos e guarda-rodas, além da aplicação de tratamentos preservativos e medidas de proteção contra intempéries e agentes degradantes.</p> <p>Diante desse contexto, a Administração Pública Municipal necessita identificar a solução mais adequada para garantir a execução contínua e eficiente desses serviços, assegurando a manutenção das condições de segurança, trafegabilidade e acessibilidade das estruturas existentes, bem como a preservação da infraestrutura pública sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – SEZEL.</p>	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
<b>QUAL O TIPO DE OBJETO?</b>	<input type="checkbox"/> Bem. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço.	
<b>QUAL A NATUREZA?</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Contínua.                             </div> <div> <input type="checkbox"/> Com monopólio.  <input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.                             </div> </div>	<b>Justificar:</b> A presente contratação possui natureza continuada, considerando que os serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira constituem atividades permanentes de preservação da infraestrutura urbana e rural do Município de Belém, necessárias para assegurar condições adequadas de segurança, trafegabilidade e acessibilidade à população ao longo do tempo.

		<p>Trata-se ainda de objeto sem monopólio, uma vez que os serviços caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, cujas técnicas construtivas, materiais e métodos executivos são amplamente conhecidos e executados no mercado da construção civil, podendo ser prestados por diversas empresas especializadas. Dessa forma, não há exclusividade técnica, econômica ou legal que restrinja a competitividade, permitindo ampla participação de licitantes no certame..</p>
<p><b>QUAL A VIGÊNCIA?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Não continuada.</p> <p><input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).</p> <p><input type="checkbox"/> 180 dias.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.</p> <p><input type="checkbox"/> Indeterminado.</p> <p><input type="checkbox"/> dias.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: <input checked="" type="checkbox"/> meses.</p> <p><input type="checkbox"/> anos.</p>	
<p><b>PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim. Justificar:</b> A prorrogação contratual poderá ocorrer desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 106, que autoriza a celebração e manutenção de contratos de serviços contínuos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, desde que haja previsão no edital e no instrumento contratual, bem como a manutenção das condições mais vantajosas para a Administração.</p> <p>Considerando que os serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira possuem natureza continuada, destinados à preservação da infraestrutura pública e à garantia das condições de segurança, mobilidade e acessibilidade da população, a possibilidade de prorrogação contratual mostra-se adequada para assegurar a continuidade da prestação dos serviços e evitar interrupções que possam comprometer a trafegabilidade e o acesso às comunidades atendidas.</p> <p>A eventual prorrogação deverá ser devidamente justificada no processo administrativo, mediante avaliação do desempenho da contratada, da manutenção da vantajosidade da contratação e da observância dos limites e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>	

	<input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.											
<b>HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> <b>Sim.</b>            Contrato nº:            Prazo final:         </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não.</b> A presente contratação não envolve transição com contrato anterior, uma vez que não há ajuste vigente com objeto idêntico ou correlato que esteja sendo substituído. Assim, a execução dos serviços decorrerá de nova contratação, inexistindo necessidade de planejamento específico para transferência de atividades, equipes ou estruturas operacionais entre contratadas.         </div> </div>											
<b>PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE</b>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #cccccc;"> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">Descrição detalhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center; width: 10%; padding: 10px;"><b>1</b></td> <td style="padding: 10px;">           Todos os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as boas práticas de engenharia aplicáveis à execução de estruturas de madeira. Deverão ser observadas, entre outras, as seguintes normas: ABNT NBR 7190 – Projeto de Estruturas de Madeira e ABNT NBR 16143 – Preservação de Madeira, além das normas de segurança do trabalho aplicáveis à construção civil.         </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 10px;"><b>2</b></td> <td style="padding: 10px;">           Todos os materiais utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e em seus anexos. Não será admitida a utilização de materiais reutilizados, recondicionados ou que não atendam aos requisitos técnicos de durabilidade, resistência e desempenho exigidos para a execução dos serviços.         </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 10px;"><b>3</b></td> <td style="padding: 10px;">           A madeira utilizada nas estruturas deverá ser madeira de lei, com elevada resistência mecânica e durabilidade, adequada às condições ambientais da região amazônica. As peças deverão ser compostas por cerne, livres de alburno, carunchos, deterioração ou defeitos que comprometam sua resistência estrutural, além de possuir dimensões compatíveis com as cargas previstas.             A procedência legal da madeira deverá ser comprovada mediante apresentação do Documento de Origem Florestal – DOF, acompanhado da respectiva nota fiscal, conforme a legislação ambiental vigente.         </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 10px;"><b>4</b></td> <td style="padding: 10px;">           As peças de madeira deverão receber tratamento preservativo adequado contra agentes biológicos, fungos e umidade, especialmente nas áreas sujeitas ao contato direto com o solo ou água. Sempre que aplicável, deverá ser realizada proteção superficial por meio de pintura ou aplicação de produtos preservantes adequados, garantindo maior durabilidade das estruturas e proteção contra intempéries.         </td> </tr> </tbody> </table>		Descrição detalhada		<b>1</b>	Todos os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as boas práticas de engenharia aplicáveis à execução de estruturas de madeira. Deverão ser observadas, entre outras, as seguintes normas: ABNT NBR 7190 – Projeto de Estruturas de Madeira e ABNT NBR 16143 – Preservação de Madeira, além das normas de segurança do trabalho aplicáveis à construção civil.	<b>2</b>	Todos os materiais utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e em seus anexos. Não será admitida a utilização de materiais reutilizados, recondicionados ou que não atendam aos requisitos técnicos de durabilidade, resistência e desempenho exigidos para a execução dos serviços.	<b>3</b>	A madeira utilizada nas estruturas deverá ser madeira de lei, com elevada resistência mecânica e durabilidade, adequada às condições ambientais da região amazônica. As peças deverão ser compostas por cerne, livres de alburno, carunchos, deterioração ou defeitos que comprometam sua resistência estrutural, além de possuir dimensões compatíveis com as cargas previstas.  A procedência legal da madeira deverá ser comprovada mediante apresentação do Documento de Origem Florestal – DOF, acompanhado da respectiva nota fiscal, conforme a legislação ambiental vigente.	<b>4</b>	As peças de madeira deverão receber tratamento preservativo adequado contra agentes biológicos, fungos e umidade, especialmente nas áreas sujeitas ao contato direto com o solo ou água. Sempre que aplicável, deverá ser realizada proteção superficial por meio de pintura ou aplicação de produtos preservantes adequados, garantindo maior durabilidade das estruturas e proteção contra intempéries.
Descrição detalhada												
<b>1</b>	Todos os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as boas práticas de engenharia aplicáveis à execução de estruturas de madeira. Deverão ser observadas, entre outras, as seguintes normas: ABNT NBR 7190 – Projeto de Estruturas de Madeira e ABNT NBR 16143 – Preservação de Madeira, além das normas de segurança do trabalho aplicáveis à construção civil.											
<b>2</b>	Todos os materiais utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e em seus anexos. Não será admitida a utilização de materiais reutilizados, recondicionados ou que não atendam aos requisitos técnicos de durabilidade, resistência e desempenho exigidos para a execução dos serviços.											
<b>3</b>	A madeira utilizada nas estruturas deverá ser madeira de lei, com elevada resistência mecânica e durabilidade, adequada às condições ambientais da região amazônica. As peças deverão ser compostas por cerne, livres de alburno, carunchos, deterioração ou defeitos que comprometam sua resistência estrutural, além de possuir dimensões compatíveis com as cargas previstas.  A procedência legal da madeira deverá ser comprovada mediante apresentação do Documento de Origem Florestal – DOF, acompanhado da respectiva nota fiscal, conforme a legislação ambiental vigente.											
<b>4</b>	As peças de madeira deverão receber tratamento preservativo adequado contra agentes biológicos, fungos e umidade, especialmente nas áreas sujeitas ao contato direto com o solo ou água. Sempre que aplicável, deverá ser realizada proteção superficial por meio de pintura ou aplicação de produtos preservantes adequados, garantindo maior durabilidade das estruturas e proteção contra intempéries.											

	5	Durante a execução dos serviços deverão ser observadas rigorosamente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis, incluindo a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, bem como a implantação de sinalização adequada nas frentes de serviço para garantir a segurança dos trabalhadores e da população.
	6	Os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão ser devidamente segregados, armazenados e destinados conforme a legislação ambiental vigente, especialmente a Resolução CONAMA nº 307, sendo vedado o descarte de resíduos em corpos hídricos, margens de rios ou áreas de preservação ambiental. Deverá ser garantida a adequada destinação da madeira deteriorada removida das estruturas e de outros resíduos da construção civil gerados durante as intervenções.
	7	A execução dos serviços estará sujeita ao acompanhamento e fiscalização da Administração Municipal, que poderá exigir a correção, substituição ou refazimento de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas. A fiscalização poderá realizar inspeções técnicas, medições, registros fotográficos e verificações in loco para comprovação da qualidade dos serviços executados, sendo vedado o pagamento de serviços que não atendam aos padrões técnicos exigidos.
	8	A empresa contratada deverá assegurar a qualidade e a durabilidade das intervenções executadas, sendo responsável pela correção de eventuais falhas ou defeitos decorrentes da execução dos serviços durante o período de garantia previsto na legislação aplicável.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Especificar:</b> A execução do contrato deverá observar medidas que assegurem eficiência, qualidade e durabilidade dos serviços durante toda a vigência contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência, incluindo:</p> <p><b>1. Procedência legal da madeira</b></p> <p>A contratada deverá comprovar a procedência legal da madeira utilizada na execução dos serviços, mediante apresentação do Documento de Origem Florestal – DOF e da respectiva nota fiscal para cada lote de material empregado.</p> <p><b>2. Utilização de materiais novos e de qualidade</b></p> <p>Todos os materiais utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, fornecidos pela contratada e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos do processo.</p>

### 3. Conformidade com normas técnicas e boas práticas de engenharia

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e boas práticas de engenharia, assegurando a segurança estrutural, durabilidade e adequada funcionalidade das pontes, trapiches e passarelas.

### 4. Responsabilidade técnica pela execução dos serviços

A execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade de profissional habilitado, com registro no conselho profissional competente e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondente às atividades executadas.

### 5. Planejamento e execução mediante Ordem de Serviço

Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, observando os prazos e condições estabelecidos para início e execução das intervenções.

### 6. Gestão e destinação adequada de resíduos

A contratada deverá adotar práticas adequadas de gestão de resíduos gerados durante a execução dos serviços, promovendo a triagem, segregação e destinação ambientalmente adequada dos materiais removidos das estruturas.

### 7. Fiscalização e controle da execução contratual

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará a conformidade dos serviços com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições estabelecidas no contrato.

☐ Não.

**HÁ NECESSIDADE  
DE TREINAMENTO?**

☐ Sim.

☒ Não.

## LEVANTAMENTO DE MERCADO

**ONDE FORAM  
PESQUISADAS AS  
POSSÍVEIS SOLUÇÕES?**

☐ Consulta a fornecedores.

☐ Contratações similares.

☐ Internet.

☐ Audiência pública.

☒ Outro.

**Especificar:** Referências técnicas oficiais (SINAPI/SEOP/SICRO e normas ABNT).

**JUSTIFICATIVA  
TÉCNICA E**

### 1. Classificação do Objeto como Serviço Comum de Engenharia

O objeto da contratação consiste na execução de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao

<p><b>ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</b></p>	<p>tráfego de veículos e pedestres no Município de Belém e em seus distritos e ilhas, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários à execução das intervenções.</p> <p>Esses serviços caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, planilhas orçamentárias e composições de custos, além de normas técnicas aplicáveis da ABNT.</p> <p>As intervenções possuem natureza padronizada e rotineira, envolvendo atividades como substituição de elementos estruturais deteriorados, recomposição de tabuleiros, cravação de estacas de madeira, recuperação de guarda-corpos, aplicação de tratamentos preservativos e demais serviços necessários à conservação das estruturas</p> <p style="text-align: center;"><b>2. Execução Direta pela Administração</b></p> <p><b>Avaliação técnica</b>  A execução direta dos serviços pela Administração Pública mostra-se tecnicamente inviável, considerando que a realização das intervenções exige estrutura operacional especializada, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• equipes técnicas qualificadas para execução de serviços de engenharia;</li> <li>• disponibilidade de equipamentos, ferramentas e logística adequada para atuação em áreas urbanas e insulares;</li> <li>• mobilização de recursos para execução simultânea de múltiplas frentes de trabalho;</li> <li>• transporte de materiais e equipamentos para regiões de difícil acesso, incluindo áreas ribeirinhas e insulares.</li> </ul> <p>Além disso, os serviços demandam controle técnico permanente, acompanhamento de cronograma físico-financeiro e responsabilidade técnica por profissional habilitado.</p> <p><b>Avaliação econômica</b>  A ampliação da estrutura administrativa para execução direta implicaria aumento significativo de custos fixos permanentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• contratação ou ampliação de quadro técnico especializado;</li> <li>• aquisição e manutenção de equipamentos e ferramentas;</li> <li>• custos operacionais e logísticos contínuos.</li> </ul> <p>Tal cenário reduziria a eficiência administrativa e contrariaria os princípios da economicidade e eficiência.</p> <p><b>Conclusão</b>  Diante desses fatores, a execução direta pela Administração não se apresenta como solução técnica nem economicamente vantajosa.</p> <p style="text-align: center;"><b>3. Contratação por Concorrência</b></p>
--	--



A concorrência constitui modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021, conforme disposto no art. 28, inciso II, sendo aplicável às contratações de obras e serviços de engenharia, bens e serviços especiais e demais hipóteses previstas na legislação.

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, a concorrência é definida como modalidade de licitação destinada à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia, admitindo diferentes critérios de julgamento, conforme as características do objeto e as necessidades da Administração.

Ressalta-se que a legislação não impede a utilização da concorrência para objetos cujas características permitam descrição objetiva, desde que a Administração demonstre, no processo de contratação, a adequação da modalidade às peculiaridades do objeto.

#### **Avaliação técnica**

O objeto da contratação consiste na execução de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais recursos necessários à execução das intervenções.

Trata-se de serviços de engenharia com métodos executivos conhecidos, materiais padronizados e critérios de desempenho previamente definidos em normas técnicas e especificações, o que permite a descrição objetiva do objeto e o julgamento das propostas com base em critérios objetivos.

Assim, sob o ponto de vista técnico, a modalidade concorrência poderia ser utilizada para a contratação pretendida, desde que observadas as condições e requisitos estabelecidos na legislação aplicável.

#### **Avaliação econômica e procedimental**

A adoção da concorrência implica a realização de procedimento licitatório conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, com definição prévia do critério de julgamento, apresentação de propostas e análise de habilitação dos licitantes.

Embora juridicamente admissível, a escolha da modalidade de licitação deve considerar as características do objeto, o grau de padronização dos serviços, a dinâmica competitiva do certame e os princípios da eficiência, economicidade e competitividade que orientam as contratações públicas.

#### **Conclusão**

Dessa forma, verifica-se que a modalidade concorrência é juridicamente admissível para a contratação pretendida, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, considerando as características do objeto e a existência de outras modalidades licitatórias previstas na legislação, mostra-se necessário analisar as demais alternativas de contratação disponíveis, a fim de identificar aquela que melhor atenda às necessidades da Administração e aos princípios que regem as contratações públicas.

#### **4. Contratação por Pregão**

O pregão constitui modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021, conforme disposto no art. 28, inciso I, sendo destinado à contratação de bens e serviços comuns.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é definido como a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o menor preço ou o maior desconto.

A atual Lei de Licitações trouxe importante inovação ao prever expressamente a possibilidade de utilização do pregão para contratação de serviços comuns de engenharia, conforme definição constante no art. 6º, inciso XXI, que estabelece que tais serviços são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, normas técnicas e composições de custos.

No presente caso, o objeto da contratação consiste na execução de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução das intervenções.

Esses serviços possuem métodos executivos conhecidos, materiais padronizados e critérios de medição previamente definidos, possibilitando a descrição objetiva do objeto no edital e o julgamento das propostas com base em critérios objetivos.

##### **Avaliação técnica**

As atividades a serem executadas são amplamente realizadas no mercado da construção civil por empresas especializadas, seguindo metodologias executivas padronizadas e normas técnicas aplicáveis, o que permite a adequada definição das especificações técnicas no instrumento convocatório.

Dessa forma, o objeto apresenta características compatíveis com a definição legal de serviços comuns de engenharia, admitindo sua contratação por meio da modalidade pregão.

##### **Avaliação econômica e procedimental**

A utilização do pregão, especialmente na forma eletrônica, possibilita a realização de fase competitiva com lances sucessivos entre os licitantes, ampliando a disputa durante a sessão pública e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

##### **Conclusão**

Diante das características do objeto e das disposições da Lei nº 14.133/2021, verifica-se que a modalidade pregão é juridicamente admissível para a contratação pretendida, constituindo alternativa a ser considerada na definição da solução mais adequada para atendimento das necessidades da Administração.

#### **5. Sistema de Registro de Preços – SRP**



	<p>O Sistema de Registro de Preços – SRP constitui procedimento auxiliar das licitações previsto na Lei nº 14.133/2021, conforme disposto no art. 78, inciso IV, sendo regulamentado pelo art. 82 do referido diploma legal.</p> <p>O SRP é normalmente utilizado quando a Administração pretende realizar contratações futuras e eventuais, especialmente nos casos em que não seja possível definir previamente, com precisão, os quantitativos ou o momento exato das demandas ao longo do período de vigência da ata.</p> <p><b>Avaliação técnica</b></p> <p>No caso em análise, a Administração realizou planejamento prévio das intervenções necessárias, com definição dos quantitativos estimados dos serviços a serem executados, bem como identificação das estruturas que demandam manutenção, recuperação ou conservação.</p> <p>Além disso, a contratação está estruturada com base em planilha orçamentária contendo os itens de serviços e respectivos quantitativos estimados, permitindo a adequada definição do escopo contratual e o acompanhamento das medições conforme os serviços efetivamente executados.</p> <p><b>Avaliação administrativa e orçamentária</b></p> <p>Ressalta-se ainda que a contratação possui previsão orçamentária específica, já consignada no orçamento da Administração, o que possibilita a celebração de contrato administrativo para execução dos serviços durante o período previsto.</p> <p>Nesse contexto, a utilização do SRP não apresenta vantagens relevantes para a gestão da contratação, uma vez que o objeto já se encontra devidamente planejado, com quantitativos estimados e recursos orçamentários previamente definidos.</p> <p><b>Conclusão</b></p> <p>Diante dessas circunstâncias, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não se mostra necessária para a contratação pretendida, sendo mais adequado realizar a contratação mediante procedimento licitatório que resulte na celebração de contrato administrativo para execução dos serviços conforme planejamento estabelecido pela Administração.</p> <p><b>6. Conclusão</b></p> <p>Diante da análise das alternativas possíveis para atendimento da necessidade administrativa, verifica-se que o objeto da contratação consiste na execução de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, classificados como serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações técnicas, normas aplicáveis e composições de custos usuais de mercado.</p>
--	--

	<p>A avaliação realizada demonstrou que a execução direta pela Administração não se mostra viável sob o ponto de vista técnico e econômico, considerando a necessidade de estrutura operacional especializada, mão de obra qualificada, equipamentos específicos e logística adequada para atuação em diferentes regiões do Município, incluindo áreas insulares e ribeirinhas.</p> <p>No que se refere às modalidades licitatórias, verificou-se que a concorrência constitui alternativa juridicamente admissível, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser utilizada para contratação de obras e serviços de engenharia. Entretanto, a legislação vigente também prevê a possibilidade de utilização do pregão para contratação de serviços comuns de engenharia, inovação trazida pela nova Lei de Licitações.</p> <p>Considerando que os serviços a serem contratados possuem características padronizadas, métodos executivos conhecidos e critérios objetivos de medição e avaliação, verifica-se que o objeto se enquadra na definição legal de serviços comuns de engenharia, admitindo a adoção da modalidade pregão.</p> <p>Quanto ao Sistema de Registro de Preços – SRP, verificou-se que sua adoção não se mostra necessária no caso concreto, uma vez que a Administração realizou planejamento prévio das intervenções, com definição dos quantitativos estimados dos serviços e previsão orçamentária específica para a execução da contratação.</p> <p>Dessa forma, considerando as características do objeto, o planejamento previamente realizado pela Administração e as disposições da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a contratação de empresa especializada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, constitui a solução mais adequada e eficiente para atendimento da necessidade pública, assegurando competitividade, eficiência administrativa e adequada aplicação dos recursos públicos.</p>
<b>HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>	
<b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	<p>Empresa especializada para a execução de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao tráfego de veículos e pedestres no Município de Belém e nos distritos de Mosqueiro, Icoaraci, Outeiro e demais ilhas, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no processo de contratação.</p>
<b>QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</b>	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input type="checkbox"/> 12 meses. <input checked="" type="checkbox"/> Outro: 05 <input type="checkbox"/> dias.

☐ meses.

☒ anos. A garantia contratual deverá vigorar durante todo o período de execução do contrato, abrangendo sua vigência inicial e eventuais prorrogações, nos termos do art. 97, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

**HÁ NECESSIDADE  
DE ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA?**
☐ **Sim.** **Justificativa:**
☒ **Não.** O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao tráfego de veículos e pedestres no Município de Belém e em seus distritos. A execução dos serviços será realizada diretamente pelas equipes operacionais da empresa contratada, durante a vigência do contrato, mediante emissão de ordens de serviço pela Administração.

Trata-se de serviços de engenharia de caráter operacional e rotineiro, com técnicas construtivas amplamente conhecidas no setor da construção civil, não envolvendo o fornecimento de equipamentos, sistemas ou tecnologias que demandem suporte técnico especializado após a execução.

Assim, eventuais ajustes, correções ou complementações necessárias ocorrerão no âmbito da própria execução contratual, sob acompanhamento e fiscalização da Administração, não havendo necessidade de previsão de assistência técnica continuada ou suporte pós-serviço.

**HÁ NECESSIDADE DE  
MANUTENÇÃO?**
☐ **Sim.** **Descrever solução:**
☒ **Não.** A contratação refere-se à execução de serviços de engenharia voltados à manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao tráfego de veículos e pedestres no Município de Belém e em seus distritos. As intervenções serão realizadas conforme as demandas identificadas pela Administração durante a vigência contratual, mediante emissão de ordens de serviço.

Nesse contexto, as atividades previstas no escopo da contratação já contemplam as ações necessárias para recomposição, reforço estrutural e conservação das estruturas existentes. Além disso, a garantia dos serviços executados assegurará a correção de eventuais falhas ou defeitos decorrentes da execução, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência, não havendo necessidade de previsão de manutenção adicional ou serviço específico de manutenção posterior ao objeto contratado.

**ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO**
☒ Análise de contratações anteriores.

☐ Análise de contratações similares.

<p><b>COMO SE OBTVEVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?</b></p>	<p><b>Especificar:</b> O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento técnico realizado in loco, a partir de vistorias em diferentes áreas do Município de Belém e em seus distritos, considerando o estado de conservação das pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>As vistorias permitiram identificar estruturas com necessidade de manutenção preventiva, recuperação estrutural ou substituição de elementos deteriorados, tais como tabuleiros, longarinas, transversinas, estacas, guarda-corpos e demais componentes estruturais.</p> <p>A estimativa também considerou dados de contratações anteriores e demandas recorrentes registradas pela Administração, bem como as condições ambientais da região amazônica — caracterizadas por elevada umidade, intensa pluviosidade e variações de maré — fatores que aceleram o processo de deterioração das estruturas de madeira.</p> <p>Dessa forma, o quantitativo foi definido com base em avaliação técnica das estruturas existentes, histórico de intervenções e necessidades recorrentes de manutenção, permitindo estimativa compatível com a demanda prevista para o período de vigência da contratação, sendo as medições realizadas conforme os serviços efetivamente executados.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outro.</p>
<p><b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</b></p>	<p>O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento técnico realizado in loco, a partir de vistorias em diferentes regiões do Município de Belém e em seus distritos, especialmente nas áreas com maior incidência de pontes, trapiches e passarelas de madeira utilizadas para circulação de veículos e pedestres.</p> <p>Durante as vistorias técnicas foram identificadas patologias recorrentes nas estruturas, tais como deterioração de tabuleiros, desgaste ou ruptura de longarinas e transversinas, comprometimento de estacas de madeira, falhas em guarda-corpos e guarda-rodas, além de danos decorrentes da exposição contínua à umidade, variações de maré, agentes biológicos e tráfego constante.</p> <p>A estimativa quantitativa foi elaborada a partir da mensuração dos elementos estruturais e das extensões das estruturas existentes, considerando os tipos de serviços padronizados previstos nas Especificações Técnicas e na planilha orçamentária, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• substituição de peças estruturais de madeira;</li> <li>• recomposição de tabuleiros;</li> <li>• cravação ou reforço de estacas;</li> <li>• recuperação de longarinas e transversinas;</li> <li>• instalação ou recuperação de guarda-corpos e guarda-rodas;</li> <li>• aplicação de tratamentos preservativos e medidas de proteção contra intempéries.</li> </ul>

	<p>O dimensionamento considerou ainda dados de contratações anteriores e demandas recorrentes registradas pela Administração, bem como as características ambientais da região amazônica, marcada por elevada umidade, intensa pluviosidade e variações de maré, fatores que contribuem para o desgaste acelerado das estruturas de madeira.</p> <p>Considerando que os serviços serão executados conforme necessidade identificada pela Administração ao longo da vigência contratual, não sendo possível prever previamente todos os locais e extensões das intervenções, o quantitativo foi dimensionado de forma estimativa, suficiente para atender às demandas previstas para o período da contratação.</p> <p>Ressalta-se que o dimensionamento adotado busca evitar tanto o subdimensionamento do objeto, que poderia comprometer a continuidade das intervenções necessárias, quanto o superdimensionamento da contratação, uma vez que os pagamentos ocorrerão exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e medidos, conforme previsto na planilha orçamentária e nas condições contratuais.</p> <p>Dessa forma, o quantitativo estabelecido reflete estimativa técnica fundamentada em levantamento de campo, histórico de demandas e tipologias construtivas padronizadas, servindo como referência para a contratação pretendida.</p>				
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	
	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PONTES, TRAPICHES E PASSARELAS DE MADEIRA DESTINADAS AO TRÁFEGO DE VEÍCULOS E PEDESTRES NO MUNICÍPIO DE BELÉM E NOS DISTRITOS DE MOSQUEIRO, ICOARACI, OUTEIRO E DEMAIS ILHAS.	SERVIÇO	01	
<b>ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</b>					
<b>MEIOS USADOS NA PESQUISA</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> Painel de preços.  <input type="checkbox"/> Simas.  <input type="checkbox"/> Internet.         </div> <div> <input type="checkbox"/> Contratações similares.  <input type="checkbox"/> Fornecedores.  <input checked="" type="checkbox"/> Outro.         </div> </div> <p style="text-align: right;"><b>Especificar:</b> Referências técnicas oficiais (SINAPI/SEOP/SICRO e normas ABNT).</p>				
<b>ESTIMATIVA DE PREÇO</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Total</b>
	01	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 222.379,39	01	R\$ 222.379,39
	02	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	R\$ 487.272,92	01	R\$ 487.272,92

	03	SERVIÇOS INICIAIS	R\$ 551.036,50	01	R\$ 551.036,50
	04	SERVIÇOS DE INFRA ES- TRUTURA	R\$ 2.817.133,61	01	R\$ 2.817.133,61
	05	SERVIÇOS DE MESOES- TRUTURA	R\$ 2.121.154,35	01	R\$ 2.121.154,35
	06	SERVIÇOS DE SUPERES- TRUTURA	R\$ 2.458.694,65	01	R\$ 2.458.694,65
	07	SERVIÇOS DE PINTURA	R\$ 183.084,00	01	R\$ 183.084,00
	08	SERVIÇOS COMPLEMEN- TARES	R\$ 335.153,08	01	R\$ 335.153,08
				<b>TO- TAL</b>	<b>R\$ 9.176.008,50</b>



### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

<p style="text-align: center;"><b>A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?</b></p>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <input type="checkbox"/> Sim.         </div> <div style="width: 30%;"> <input type="checkbox"/> Objeto indivisível.         </div> <div style="width: 30%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Perda de escala.         </div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <div style="width: 30%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Não.         </div> <div style="width: 30%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.         </div> <div style="width: 30%;"> <input type="checkbox"/> Economicamente inviável.         </div> </div> <p style="text-align: center; margin: 10px 0;"><b>Por quê?</b></p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.         </div> <div style="width: 30%;"> <input type="checkbox"/> Outro.         </div> </div>
<p>           Especificar: Embora o parcelamento do objeto constitua diretriz relevante nas contratações públicas, sua adoção deve observar a viabilidade técnica e a vantagem econômica da solução, devendo ser devidamente motivada no planejamento da contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. No caso em análise, o objeto consiste na prestação de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao tráfego de veículos e pedestres, cuja execução envolve diversas atividades técnicas interdependentes, necessárias para a entrega do resultado final pretendido pela Administração. Embora tais atividades possam ser individualmente identificadas, elas integram um único escopo de serviço, executado de forma articulada e padronizada, exigindo coordenação operacional, uniformidade de métodos construtivos e responsabilidade técnica concentrada. Dessa forma, a fragmentação da contratação em diferentes itens poderia comprometer a padronização das intervenções, dificultar a fiscalização da execução contratual e aumentar a complexidade da gestão administrativa. Assim, considerando a natureza integrada dos serviços e a necessidade de garantir eficiência na execução e no controle contratual, a contratação será estruturada em item único, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar da forma mais adequada para avaliar a proposta considerando o escopo completo do serviço a ser contratado.         </p>	
<b>CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES</b>	
<p style="text-align: center;"><b>HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</b></p>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <input type="checkbox"/> Sim.         </div> <div style="width: 30%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Não.         </div> <div style="width: 30%;"> <b>Especificar:</b> </div> </div>
<b>ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO</b>	
<p style="text-align: center;"><b>HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?</b></p>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Sim.         </div> <div style="width: 65%;"> <b>Especificar item do PCA:</b> Consta previsão no Plano de Contratações Anual – PCA referente à contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira no Município de Belém e seus distritos.         </div> </div>

	<input type="checkbox"/> Não. <b>Providências:</b>
<b>RESULTADOS PRETENDIDOS</b>	
<b>QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CON- TRATAÇÃO?</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Adminis- trativo   <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho   <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo             </div> <div style="width: 45%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos   <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos   <input type="checkbox"/> Ganho de Eficiência   <input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política Pública             </div> </div> <p><b>Especificar:</b> Garantia de condições adequadas de segurança, tra- fegabilidade e mobilidade da população, especialmente em áreas ribeirinhas e distritos insulares do Município de Belém, além da preservação da infraestrutura pública e prevenção de acidentes de- correntes da deterioração das estruturas de madeira.</p>
<b>PROVIDÊNCIAS PENDENTES</b>	
<b>HÁ PROVIDÊNCIAS PEN- DENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> <b>Sim.</b> <b>Especificar:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não.</b> Considerando que os estudos técnicos preliminares foram realizados e que os elementos necessários ao planejamento da contratação já se encontram de- vidamente definidos, não se identificam providências adicionais pendentes para o regular prosseguimento do processo. Assim, a Administração dispõe das informa- ções técnicas e administrativas necessárias para dar continuidade às etapas subse- quentes da contratação, observadas as normas aplicáveis e os procedimentos pre- vistas na legislação vigente.
<b>IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>	
<b>HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?</b>	<p><b>Especificar os impactos:</b></p> <p><b>Impacto ambiental:</b> geração de resíduos provenientes da retirada de madeira deteriorada, ferragens e demais materiais resultantes das atividades de manutenção, recuperação e conservação das es- truturas.</p> <p><b>Medida de mitigação:</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim.</b> A contratada deverá realizar a gestão adequada dos resíduos da construção civil, promovendo a triagem e segregação por classes, conforme a Resolução CONAMA nº 307, com encaminhamento para áreas devidamente licenciadas e comprovação da destinação final mediante apresentação de Comprovante de Transporte de Resíduos (CTR) ou documento equivalente.</p> <p><b>Impacto ambiental:</b> risco de utilização de madeira sem proce- dência legal ou proveniente de exploração irregular.</p> <p>Medida de mitigação:</p>

Toda madeira utilizada na execução dos serviços deverá possuir procedência legal comprovada, mediante apresentação do Documento de Origem Florestal – DOF e respectiva nota fiscal, conforme exigências dos órgãos ambientais competentes.

**Impacto ambiental:** risco de descarte de resíduos ou materiais em rios, igarapés ou áreas alagadas durante a execução dos serviços.

**Medida de mitigação:**

É expressamente proibido o descarte de resíduos, restos de madeira, ferragens, serragem, embalagens ou quaisquer materiais nos corpos hídricos ou em suas margens, devendo a contratada adotar medidas de controle ambiental durante a execução dos serviços.

**Impacto ambiental:** risco de contaminação do solo ou da água por vazamento de combustíveis, óleos ou graxas provenientes de equipamentos e maquinários utilizados na execução.

**Medida de mitigação:**

Os equipamentos, caminhões, embarcações e demais maquinários utilizados deverão estar com manutenção preventiva em dia, de forma a evitar vazamentos de substâncias potencialmente poluentes nas áreas de intervenção.

☐ Não.

### CONCLUSÃO

**A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE  
TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?**

☒ Sim.

☐ Não.

Belém/PA, 16 de março de 2026.

**Elaborador por:**

Marcilio Junior Campos de Souza  
 Eng. Civil – CREA 1519140088PA  
 Diretor: SEMMAVI/SEZEL

**Aprovo o Estudo Técnico Preliminar:**

Cleidson Ferreira Chaves  
 Secretário Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana